

Advogados formam equipas dedicadas aos novos fundos comunitários

Portugal 2020 Os escritórios portugueses já têm equipas específicas a trabalhar para assessorar empresas que querem candidatar-se.

Joana Moura

joana.moura@economico.pt

Apesar de ainda estar a arrançar, o novo programa de fundos comunitários, Portugal 2020, é um mundo de novas oportunidades para as sociedades de advogados portuguesas, que já estão a preparar-se para assessorar os seus clientes e, até, para uma vaga de novos clientes interessados em candidatar-se.

“Estamos em crer que [o Portugal 2020] vai, naturalmente, trazer trabalho, sobretudo em face do interesse que vem sendo manifestado por muitos dos nossos clientes, que querem conhecer melhor os diversos programas operacionais e quais as áreas de intervenção que são abrangidas pelos mesmo”, diz Maria Conceição Cabaços, sócia do Escritório de PLMJ no Porto, e uma das coordenadoras da equipa jurídica que este escritório criou para dar apoio a projectos de candidatura dos fundos Estruturais e de Investimento.

Igual medida já tomaram vários outros escritórios nacionais, como por exemplo a Vieira de Almeida (VdA), na medida em que “as oportunidades de investimento que o novo programa abre às empresas tem resultado num aumento da procura de apoio jurídico”, explica Catarina Pinto Correia, coordenadora da equipa da VdA.

“Um acréscimo de trabalho resultante do Portugal 2020, em particular relacionado com a preparação de candidaturas, a estruturação e o acompanhamento de projectos”, detalha Stéphanie Sá Silva, da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira.



Stéphanie Sá Silva associada da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira, espera um aumento do trabalho com a preparação de candidaturas e projectos.



Catarina Pinto Correia é associada coordenadora na área de direito público da VdA e coordena a equipa ligada aos assuntos do Portugal 2020.



Maria Conceição Cabaços, sócia da área de de corporate e direito bancário e financeiro da PLMJ, coordena a equipa especial para o Portugal 2020.



José Eduardo Martins, sócio da Abreu Advogados, é o responsável pela equipa do Portugal 2020.



Maria Paula Milheirão, coordenadora do departamento de direito comercial e societário da SRS Advogados, coordena a equipa para o Portugal 2020.

A Abreu Advogados está, aliás, há muito a trabalhar no assunto. Isto porque “nos primeiros meses de 2014, foi solicitado a esta sociedade – pelo Governo – uma opinião sobre a proposta de novo regulamento geral dos fundos”, confirma José Eduardo Martins, coordenador da equipa de cinco elementos que “tem estado a dedicar o seu tempo à produção de informação útil e em conformidade com a actuação nos cinco fundos europeus que integram o Portugal 2020”, continua o ex-secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

Em comum todos têm o facto de garantir que a adequação às novas regras não foi difícil, por já acompanharem projectos do anterior quadro comunitário, como diz Stéphanie Sá Silva, da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira, por exemplo: “na medida em que estamos familiarizados com os programas de apoio que antecederam o Portugal 2020, foi relativamente rápido assimilar o enquadramento jurídico já em vigor do Portugal 2020.”

E serão as novas regras mais apertadas uma dificuldade para encontrar clientes interessados em concorrer? Não, dizem os advogados. “Apesar de mais exigentes, os actuais requisitos incidem em áreas inteiramente justificadas e que, do ponto de vista dos objectivos do programa, não representam entraves”, diz Filipe Escobar, da Rogério Fernandes Ferreira & Associados. Tal como João Caiado Guerreiro: “Têm aparecido interessados em desenvolver projectos e creio que, com o tempo, haverá mais, já que o programa vai tornar-se mais conhecido.” ■

Advogados formam equipas para negócio dos fundos europeus

➔ P32

